



**Poder Judiciário do Maranhão
Tribunal de Justiça**

CLIPPING IMPRESSO

26/05/2017

INDICE

1. JORNAL A TARDE	
1.1. CONVÊNIOS.....	1 - 2
1.2. COORDENADORIA DA INFÂNCIA E JUVENTUDE	3
1.3. DECISÕES.....	4
2. JORNAL ESTADO DO MARANHÃO	
2.1. DECISÕES.....	5 - 6
2.2. OBRAS / REFORMAS.....	7 - 10
2.3. PRESIDÊNCIA.....	11
3. JORNAL EXTRA	
3.1. EVENTOS.....	12
4. JORNAL O DEBATE	
4.1. EVENTOS.....	13
5. JORNAL O IMPARCIAL	
5.1. PUBLICIDADE LEGAL.....	14 - 16
6. JORNAL O PROGRESSO	
6.1. CONVÊNIOS.....	17
6.2. EVENTOS.....	18
7. JORNAL PEQUENO	
7.1. CENTRO JUDICIÁRIO DE SOLUÇÃO DE CONFLITOS.....	19
7.2. CONVÊNIOS.....	20
7.3. EVENTOS.....	21

*Judiciário firma parceria para inserção
de apenados no mercado de trabalho*



Judiciário firma parceria para inserção de apenados no mercado de trabalho

O Poder Judiciário do Maranhão, a Empresa Maranhense de Administração Portuária (Emap) e a Secretaria de Estado de Administração Penitenciária (Seap) assinaram, nesta terça-feira (23), termo de parceria com o objetivo de inserir apenados e egressos do sistema prisional no mercado de trabalho.

A iniciativa visa alinhar procedimentos para a implementação da Lei 10.182/2014, que trata da política Começar de Novo, estabelecendo que empresas que mantêm contrato de serviços ou fornecimento de materiais com o Poder Executivo destinem 5% das vagas de emprego aos detentos ou àqueles que já cumpriram pena no sistema penitenciário do Maranhão.

“O Poder Judiciário do Maranhão encampa e va-

loriza essa importante iniciativa para a ressocialização dos apenados e egressos do sistema prisional, que precisam de uma oportunidade para voltar ao convívio social, se reinserindo na sociedade” ressaltou o presidente do TJMA, desembargador Cleones Cunha.

O coordenador-geral da Unidade de Monitoramento e Fiscalização do Sistema Carcerário, desembargador Fróz Sobrinho, afirmou que o Maranhão foi o primeiro Estado brasileiro a possuir uma lei sobre o Programa Começar de Novo. Na ocasião, o magistrado anunciou que será enviada, em breve, solicitação oficial do Executivo Municipal, para criação de legislação sobre o Começar de Novo, na mesma perspectiva da Lei 10.182/2014.

O presidente da EMAP, Ted Lago, disse que é salutar a iniciativa do Tribunal de

Justiça para que os egressos tenham a oportunidade de serem reintegrados no mercado de trabalho a fim de que possam viver dignamente na sociedade. “Hoje, estamos reafirmando o compromisso do Governo do Maranhão, participando desse importante projeto. Já temos 17 editais publicados para as empresas que prestam serviços com essa exigência de colocar um percentual além do que a lei exige”, frisou Ted Lago.

A subsecretária de Estado de Administração Penitenciária (Seap), Ana Luísa Falcão, disse que hoje o sistema penitenciário tem uma dificuldade muito grande de incluir os egressos na sociedade, sendo muito importante que outras empresas públicas tenham uma participação mais efetiva nesse processo de ressocialização.

Estiveram presentes no

ato de assinatura do termo de parceria o coordenador executivo da UMF, Ariston Apoliano Júnior; o chefe de gabinete da Presidência do TJMA, Mário Lobão; a chefe da Divisão do Programa Começar de Novo, Ana Lúcia Araújo; o procurador-geral do Estado, Rodrigo Maia; a secretária-adjunta de Atendimento e Humanização Penitenciária, Odaiza Moura Gadelha Neta; e a gerente de Comunicação e Responsabilidade Social da EMAP, Deborah Baesse.

COMEÇAR DE NOVO – O Programa Começar de Novo busca reduzir a reincidência criminal por meio da oferta de cursos de capacitação e de empregos. O projeto é fruto de uma parceria entre o Conselho Nacional de Justiça (CNJ), tribunais de Justiça, governos estaduais e municipais, empresas e entidades da sociedade civil.

Semana da Infância divulga práticas adotadas em prol da causa social

Com o objetivo de mobilizar e sensibilizar a sociedade e as autoridades quanto à importância da luta pela garantia e proteção dos direitos infantojuvenis, o Poder Judiciário do Maranhão promoveu, entre os dias 14 e 19 deste mês, em comarcas de todo o Estado, a II Semana da Infância, quando foram divulgadas práticas adotadas pela Justiça Estadual em prol da causa social. O evento foi aberto com a exposição fotográfica “Mãos Dadas”, no hall do Fórum Des. Sarney Costa (Calhau).

As atividades da Semana – organizada pela Coordenadoria da Infância e Juventude do TJMA e alusiva ao Dia Nacional de Combate ao Abuso e à Violência Sexual de Crianças e Adolescentes (18 de maio) – incluíram em São Luís, julgamentos de processos, envolvendo violência e abuso a crianças e adolescentes e direitos infanto-juvenis (como pensão alimentícia), na 9ª Vara, 3ª Vara do Tribunal do Júri, além da 4ª, 5ª e 6ª Varas de Família da capital.

“Com a iniciativa, buscamos conscientizar a sociedade e as autoridades competentes sobre a gravidade da temática, tendo em vista os alarmantes índices de violência contra crianças e adolescentes e a necessidade de proteção e garantia dos direitos infantojuvenis”, afirmou o presidente da Coordenadoria da Infância e Juventude do TJMA, desembargador José de Ribamar Castro.

Durante a Semana, a 2ª Vara da Infância e Juventude da capital – que tem como titu-

lar o juiz José dos Santos Costa – promoveu uma roda de debates sobre Medidas Socio-educativas, com as instituições parceiras, na perspectiva de estabelecer um espaço de interlocução com os atores que compõem o sistema de garantia de direitos, buscando encontrar alternativas para a superação dos pontos de fragilidade na execução das medidas socioeducativas em meio aberto.

COMARCAS – Além das audiências, diversas atividades integraram a programação do evento, em todo o Maranhão, tais como palestras, caminhadas, audiências públicas, abordagens, distribuição de materiais informativos, entre outras. As ações contaram com o apoio da Corregedoria Geral da Justiça, Ministério Público, Defensoria Pública do Maranhão, OAB e prefeituras municipais.

PINHEIRO – Uma das maiores mobilizações no Estado foi realizada na Comarca de Pinheiro: uma caminhada que reuniu 3 mil pessoas da comunidade e representantes de instituições parceiras, segundo dados da Polícia Militar e da Guarda Municipal de Pinheiro. O evento, organizado pela Secretaria Municipal de Assistência Social e pelo Conselho Tutelar, contou com o apoio do Poder Judiciário, da magistrada Tereza Palhares Nina (titular da 1ª Vara).

Durante a caminhada, a juíza Tereza Nina conclamou a todos a se unirem em prol da causa social. “Não podemos deixar que crianças e adoles-

centes do nosso município, do nosso Estado e do nosso país sofram com tamanha violência. É preciso denunciar, cabendo ao Poder Judiciário a aplicação das medidas de acordo com a lei. Nos ajude a combater esse crime, disque 100”!

A iniciativa reuniu representantes do Ministério Público, Defensoria Pública, Polícia Militar, Hospital, Delegacia da Mulher, FUNAC, Macrorregional de Pinheiro, Secretarias Municipais de Educação e Assistência Social, Centro de Atenção Psicossocial, Fundação Bradesco, além de professores, diretores de escolas estaduais, municipais e particulares de Pinheiro, além da sociedade civil organizada. O juiz Rodrigo Nina (titular da Vara Única de Santa Luzia do Paruá e membro da Turma Recursal de Pinheiro/MA) também participou da caminhada.

Durante a Semana, foi promovida também a 1ª Reunião Ampliada da Rede de Garantia de Direitos Infantojuvenis, organizada pelo Judiciário, com a presença de diversos parceiros. Durante a ação, foram discutidas a missão e as atribuições de cada instituição presente em relação à área da infância e juventude, de forma a otimizar o trabalho já existente e apresentar para a sociedade o papel e as responsabilidades de cada ente, no engajamento pela causa social. Na ocasião, ficou definida a realização de reuniões periódicas com as instituições para tratar sobre a temática.

CURURUPU – Em Cururupu, foram feitas au-

diências de duas ações envolvendo estupro de vulneráveis e uma caminhada, que percorreu as ruas da cidade, no Dia Nacional de Combate ao Abuso e à Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes (18). A caminhada contou com a parceria da Secretaria Municipal de Assistência Social e teve atividades voltadas às crianças das escolas municipais. A programação foi coordenada pelo juiz Douglas Lima da Guia.

BALSAS – Uma caminhada no dia 18 também foi destaque na Comarca de Balsas, sob a coordenação da juíza titular da 3ª Vara, juíza Nirvana Maria Mourão Barroso, juntamente com a equipe psicossocial. Participaram da iniciativa alunos da Escola Municipal Padre Ângelo de Lassalandra, conselheiros tutelares, representantes do Ministério Público, CRAS, CREAS, Secretaria de Educação e Instituição de Acolhimento, entre outros órgãos da Rede de Proteção e Atendimento à Criança e ao Adolescente.

Além da caminhada, uma palestra sobre a prevenção ao abuso sexual infantojuvenil foi ministrada no dia 17, pela psicóloga Mônica Leite e a assistente social Ana Sheila Muniz, ambas do Núcleo Psicossocial da 3ª Vara da comarca. O público-alvo foi formado por crianças e adolescentes participantes do programa PREMEVI - Preparando Melhor para a Vida, cujos objetivos são a formação e o crescimento pessoal infantojuvenil.

relacionada a ser estranho que vira porco

Rede de TV indenizará homem que teve imagem relacionada a ser estranho que vira porco

A 5ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA) condenou a Rede Record de Televisão a pagar indenização, por danos morais, no valor de R\$ 20 mil, a um morador do Município de Santo Amaro do Maranhão, que disse ter tido sua imagem relacionada a um ser estranho que atacaria pessoas em noite de lua cheia, chamado de “Vira Porco”. O homem disse que, por causa da reportagem exibida em rede nacional, passou a sofrer ofensas.

O Juízo de Direito da Vara Única da Comarca de Humberto de Campos havia condenado a rede de televisão a pagar uma indenização de R\$ 50 mil ao senhor mencionado na reportagem, mas o órgão colegiado do TJMA decidiu adequar o valor aos princípios da razoabilidade, proporcionalidade e peculiaridades do caso, reduzindo-o para R\$ 20 mil.

A emissora recorreu ao Tribunal de Justiça, alegando que a matéria jornalística tinha o objetivo de levar ao conhecimento nacional, a cultura, costumes e belezas do Maranhão. Acrescentou que o homem citado aceitou, de modo voluntário, ser indagado pela equipe e que a matéria deixou claro que não existe o ser, acabando com o boato regional. Mencionou inexistência de prejuízo, a liberdade de informação e o indiscutível conteúdo de interesse social.

De acordo com o relator, desembargador Raimundo Barros, o apelado disse



que, em setembro de 2010, a emissora exibiu, em rede nacional, no programa Câmera Record, sem seu consentimento, reportagem que, além de denegrir sua imagem e reputação, constrange-o moralmente, juntamente com seus familiares.

“VIRA PORCO” - Segundo Barros, o apelado disse que, na reportagem, aparecem pessoas que dizem e até indicam onde encontrar o suposto “Vira Porco”, que dizem tratar-se dele mesmo.

O apelado destacou que a equipe o procurou por várias vezes em sua residência, mas não o encontrava porque ele sai logo cedo para a roça e só retorna ao final do dia. Acrescentou que, tempos depois, foi abordado por um repórter da Record que, de forma surpreendente e desrespeitosa, teria lhe perguntado se virava bicho em Santo Amaro.

O morador disse que não foi avisado que a reportagem seria exibida em rede nacional; que ficou assustado com a repercussão; que houve comentários maldosos e críticas pelas ruas de Santo

Amaro e cidades vizinhas. Falou que vem convivendo com piadas de mau gosto e que sofre graves constrangimentos. Ele pediu reparação pelo abalo moral, no valor de R\$ 1 milhão.

O relator ressaltou que os direitos da personalidade são considerados direitos fundamentais, com previsão na Constituição da República. Citou o artigo que trata do tema, assim como alguns elencados no Código Civil, junto com a possibilidade de indenização decorrente da violação a esses direitos.

Raimundo Barros narrou que a reportagem apresenta aspectos variados dos Lençóis Maranhenses, menciona casos de lobisomem no Ceará e no Rio Grande do Norte, e volta a Santo Amaro, mencionando a lenda de um homem em forma de porco. Entrevistados falam sobre supostos ataques e características do ser. Em seguida, o apelado é entrevistado, ocasião em que manifesta repulsa à pergunta do repórter, se é verdade que é conhecido como o vira-bicho.

O desembargador fri-

sou que, em que pese que a reportagem não tenha tido a intenção de causar constrangimento ao apelado, efetivamente o fez, uma vez que expôs, em cadeia nacional, a notícia de que existe um vira-bicho, vira-porco, e que essa pessoa que se transformaria em noite de lua cheia seria ele.

O relator afirma que, ao veicular a matéria, mesmo com a intenção de informação, de divulgação da cultura local, dos costumes, deveria ter tido cautela, fazer uma entrevista prévia com o apelado, perguntar se ele se importaria em prestar declarações de grande audiência, em programa exibido em todo o território nacional. Ou seja: esclarecê-lo previamente da possível repercussão da matéria, o que não ocorreu.

Acrescentou que, em audiência, o apelado confirmou que não foi indagado antes do conteúdo da entrevista, que não consentiu com a transmissão de sua imagem e a veiculação de seu nome como sendo “vira-porco” para todo o Brasil.

O representante da rede de televisão disse que não teria como o apelado não saber que estava sendo gravado; que, geralmente, a produção/edição ocorre dois meses antes; que não há procedimento de autorização para matéria jornalística, apenas para programas de entretenimento; que, no momento em que a pessoa aceita ser entrevistada, já autoriza a exibição de sua imagem.

ESTADO MAIOR

Sem defesa

Embora pareça crítica sua situação, o ex-prefeito Sebastião Madeira (PSDB) garante ter mecanismos para revertê-la.

Ele foi tornado inelegível ao ser condenado em segunda instância, semana passada, em julgamento de uma das Câmaras do Tribunal de Justiça.

Mas, segundo o ex-prefeito, o julgamento pode ser anulado porque foi realizado sem notificação ao réu ou aos seus advogados.

Madeira vai recorrer de decisão do TJ que o tornou inelegível

Ex-prefeito de Imperatriz diz que houve cerceamento de defesa porque desembargadores mudaram data do julgamento sem comunicar as partes

CARLA LIMA
Subeditora de Política

O ex-prefeito de Imperatriz Sebastião Madeira (PSDB), que teve a sentença de condenação por improbidade administrativa mantida pelo Tribunal de Justiça, vai recorrer da decisão, alegando cerceamento de defesa, já que a data do julgamento foi modificada e nenhuma das partes, avisada.

O julgamento na 2ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça (TJ) do Maranhão, segundo Madeira, estava previsto para acontecer ontem. No entanto, acabou ocorrendo na semana passada, sem que qualquer das partes fosse comunicada. Para o ex-prefeito de Imperatriz, houve cerceamento de defesa.

“O julgamento na Câmara Cível estava previsto, na verdade, para o dia 11 de maio. Foi adiado para o dia 25, mas, inexplicavelmente, a Câmara julgadora antecipou o julgamento para o dia 18, sem comunicação a mim ou aos meus advogados”, afirmou o ex-prefeito Sebastião Madeira teve a conde-

nação por improbidade administrativa mantida pelos desembargadores da 2ª Câmara Cível do TJ. O tucano é acusado pelo Ministério Público Estadual (MP) de ter celebrado contrato irregular para limpeza pública, em 2009, quando era prefeito em Imperatriz.

Pela decisão do TJ, Madeira fica condenado à perda da função pública, ao pagamento multa civil equivalente a 10 vezes o valor da remuneração do cargo de prefeito no ano de 2009 e também fica com os direitos políticos suspensos pelo prazo de cinco anos.

Sebastião Madeira já havia sido condenado na Justiça de primeiro grau pela juíza Ana Sodré, da Vara de Fazenda Pública. Pela acusação do MP, o então prefeito de Imperatriz celebrou contrato com a empresa Limp Fort Engenharia sem que tivesse sido feito um processo de licitação.

Licitação

De acordo com o MP, a dispensa de licitação configurou fraude ao processo licitatório e violação aos de-



Arquivo

Sebastião Madeira vai acionar o TJ

LIMPEZA

Sentença também condena LimpFort

Além de Sebastião Madeira, foi condenada a empresa Limp Fort. A sentença proíbe a empresa de contratar com o poder público e receber benefícios, incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, pelo prazo de cinco anos.

veres de honestidade, imparcialidade, legalidade e lealdade às instituições, se enquadrando nas condutas descritas pela Lei de Improbidade Administrativa. Quando condenado na Vara de Fazenda Pública, Madeira recorreu e alegou ser legítimo o contrato celebrado com a Limp Fort e disse ainda ter havido cerceamento de defesa.

Para a relatora do caso, desembargadora Ângela Salazar, não houve o cerceamento de defesa alegado pelas partes, já que o juiz dispunha de dados suficientes à formação de seu livre convencimento para o julgamento antecipado da ação, bem como atentou para o princípio da razoabilidade e proporcionalidade na fixação das penas.

Sobre o contrato, a magistrada lembrou que nas administrações direta e indireta do Poder Público é necessária que seja aplicada a Lei das Licitações.

Para a desembargadora, a contratação de serviços de limpeza urbana não é fato imprevisível a qualquer administrador, pois se trata de atividade rotineira e permanente, que não configura emergência e não se submete às hipóteses de exceção previstas na Lei de Licitações.

“O conjunto probatório demonstra, com a segurança e certeza necessárias e exigíveis, o elemento subjetivo na contratação direta realizada pelo então prefeito, bem como a lesão ao erário, caracterizando o ato de improbidade por afronta aos princípios da Administração Pública”, disse Ângela Salazar. ●

População do município de Viana ganha novo Fórum

Fundada em 1835, a Comarca de Viana (entrância intermediária) está entre as sete primeiras instaladas no estado do Maranhão; ela atende uma população de mais de 50 mil habitantes, tendo como termo o Município de Cajari

População do município de Viana ganha novo Fórum

Fundada em 1835, a Comarca de Viana (entrância intermediária) está entre as sete primeiras instaladas no estado do Maranhão; ela atende uma população de mais de 50 mil habitantes, tendo como termo o Município de Cajari

O presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA), desembargador Cleones Cunha, inaugurou, ontem, o novo Fórum da Comarca de Viana, que leva o nome do desembargador Manoel Lopes da Cunha (*in memoriam*). Durante a solenidade de inauguração, o desembargador ressaltou a importância histórica da Comarca, que está entre as sete mais antigas do estado.

“Desde 1835, o Tribunal de Justiça do Maranhão tem essa dívida com a sociedade vianense, que agora está sendo resgatada. Não é somente a obra que é relevante. O mais importante é que estamos cumprindo o compromisso assumido com os cidadãos de Viana e Cajari, garantindo a todos um tratamento digno e respeitoso nesta Casa”, declarou.

O presidente do TJMA destacou que, com a inauguração do Fórum de Viana, o Poder Judiciário presta homenagens a três cidadãos ilustres do município. Primeiramente, o Fórum que leva o nome do desembargador Manoel Lopes da Cunha, vianense formado em Direito, tendo exercido as funções de promotor de Justiça, juiz, governador do Maranhão, desembargador e presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão.

O vianense Nozor Lauro Lopes de Sousa, pai do desembargador Lourival Serejo, foi homenageado pelo TJMA, que conferiu o seu nome ao Tribunal do Júri, em razão de ter exercido por mais de 15 anos a função de juiz suplente na Comarca, quando a jurisdição atingiu também os muni-

cípios de Santa Inês e Pindaré. A sala de Depoimento Especial recebeu o nome de Gerson de Oliveira Costa, que atuou como farmacêutico da cidade por mais de 60 anos.

O desembargador Lourival Serejo, cidadão vianense, escritor e membro da Academia Maranhense de Letras, Academia de Letras Jurídicas e da Academia de Letras Vianense, enfatizou que a inauguração do Fórum representa uma conquista, uma afirmação da importância histórica da Comarca de Viana.

“É uma Comarca que tem um lastro histórico bastante amplo. Estamos comemorando essa grande afirmação do valor histórico que a cidade representa dentro da organização judiciária do Maranhão”, destacou.

Para a diretora do Fórum, juíza Odete Trovão (titular da 1ª Vara Judicial), as novas instalações irão proporcionar um melhor atendimento à população e condições dignas de trabalho aos servidores da Justiça, trazendo impacto positivo na qualidade e transparência dos serviços prestados.

“O novo prédio é mais amplo, com salas específicas para todas as atividades desempenhadas pelas varas judiciais, oferecendo mais conforto a todos os usuários da Justiça. Com o novo Fórum, iniciamos um novo capítulo da história de atuação do Poder Judiciário na Comarca de Viana. Estamos todos muito felizes e motivados”, concluiu.

A procuradora de Justiça Fátima Travassos, natural de Viana, afirmou

que o Tribunal de Justiça está fazendo um resgate ao inaugurar o Fórum. “O grande beneficiado com essa estrutura administrativa é o cidadão, que vai ser tratado com maior dignidade”, afirmou Fátima Travassos, que também é presidente da Academia Vianense de Letras.

O prefeito municipal de Viana, Magrado Aroucha Barros, parabenizou o Tribunal de Justiça pela excelente obra realizada. O promotor de Justiça Hilbert Lobo, por sua vez, destacou que o novo Fórum representa um marco para a cidade e um grande benefício também para a classe jurídica.

Comarca

Localizada na Baixada Maranhense, distante 220 km de São Luís, a Comarca de Viana atende uma população de mais de 50 mil habitantes, tendo como termo o Município de Cajari. São titulares da Comarca de Viana as juízas Odete Maria Pessoa Mota Trovão e Carolina de Sousa Castro.

Atualmente, a Comarca de Viana (entrância intermediária), com duas unidades judiciais (1ª e 2ª Varas), possui um acervo de 8.365 processos. Na 1ª Vara Judicial, tramitam 3.291 processos, com um acervo de 4.708 processos. Já a 2ª Vara Judicial possui 2.646 processos tramitando, com um acervo de 3.657 processos. Em 2016, 3.024 processos foram distribuídos na Comarca, e até meados do mês de maio de 2017, já foram distribuídos 1.246.

Novas instalações

A pedra fundamental do novo Fórum de Viana foi lançada em setembro de 2011, pelo então presidente do TJMA, desembargador Jamil Gedeon. O novo prédio - localizado na Avenida Luís de Almeida Couto, bairro Barreirinhas - tem dois pavimentos, com área total construída de 1.193,58 m², em terreno doado pela Prefeitura de Viana. Ele foi preparado para abrigar duas unidades jurisdicionais, distribuídas em dois pavimentos, com sala de audiência, gabinete de juiz, assessoria, secretaria judicial, arquivo, salas de distribuição e protocolo, sala da OAB e de oficiais de Justiça, recepção, sala de depoimento especial, salão do Júri com 90 lugares, copa e banheiros feminino, masculino e adaptados para pessoas com deficiência.

Sustentabilidade

Além da estrutura física para o funcionamento da Justiça estadual, o Fórum de Viana está alinhado à política socioambiental, implementada pelo TJMA em 2016. O novo prédio possui sua própria estação de tratamento de esgoto, para tratar todos os dejetos produzidos em seu prédio antes de direcioná-los ao descarte, evitando a degradação do meio ambiente. Além de Viana, os fóruns de Olinda Nova, Maracáçumé e São Mateus possuem esse benefício até o momento. ●



Autoridades prestigiaram inauguração do novo fórum de Viana e descerraram a placa comemorativa

SAIBA MAIS

Participaram da solenidade de inauguração os desembargadores do TJMA Jorge Rachid, representando a corregedora-geral da Justiça, desembargadora Anildes de Jesus Cruz, Jamil Gedeon e Marcelino Ewerton; o desembargador do TRT - 16ª Região, Gerson de Oliveira; o juiz auxiliar Gladston Cutrim; os promotores Lindemberg Vieira e Gustavo Bueno; as defensoras públicas Lívia Maria Macedo e Giovana Leite; o delegado regional Jorge Madeiros Júnior; a delegada titular da Delegacia Especial da Mulher, Sara Bonfim; a prefeita de Cajari, Camila Santos; o presidente da Câmara de Veradores de Viana, Valter Serra e o presidente da Câmara de Cajari, Altemar Santos.

ESTADO MAIOR

Decisões judiciais

O presidente do Tribunal de Justiça (TJMA), desembargador Cleones Cunha, reuniu-se com o deputado estadual Alexandre Almeida para discutir a falta de celas adequadas para pais condenados pelo não pagamento de pensão alimentícia de filhos, no interior do estado do Maranhão.

O presidente Cleones Cunha disse que o Poder Judiciário está ciente dos problemas enfrentados pelo sistema prisional no estado e comprometeu-se a buscar soluções conjuntamente com os outros poderes.

O deputado destacou a precariedade do sistema prisional nos municípios maranhenses, que tem ocasionado o descumprimento de decisões judiciais nos casos específicos de decretos de prisão civil.

Seminário discute adoção de medidas de combate à corrupção no Maranhão

Magistrados, procuradores, promotores, representantes do sistema da Justiça e a sociedade civil estão reunidos no auditório do Fórum de São Luís, até esta sexta-feira (26), na segunda edição do Seminário Improbidade Administrativa e Crimes contra a Administração Pública, para discutir a adoção de medidas de combate à corrupção no Estado. A atividade faz parte do Movimento Maranhão contra a Corrupção.

O evento recebe apoio do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA) - através da Escola Superior da Magistratura do Maranhão (Esmam), Corregedoria Geral da Justiça (CGJ), Associação dos Magistrados do Maranhão (AMMA), Procuradoria Geral da Justiça (PGJ), Associação do Ministério Público do Estado do Maranhão (AMPEM), Escola Superior do Ministério Público e Ministério Público de Contas.

Gomes, que é criador do movimento “Quero um Brasil Ético” e membro da comissão de reforma do Código Penal, sugeriu uma ação protetiva nacional, que funcione como força interinstitucional para apurar crimes cometidos por líderes políticos corruptos.

O professor, doutor em direito penal, fez o lançamento do livro “O Jogo da Corrupção”, no qual defende o fim do sistema político empresarial perverso, se diz a favor, **mas aponta erros e acertos da Lava Jato e aposta na reconstrução do Brasil.**

ESPERANÇA - Na abertura do seminário, o presiden-

te do Tribunal de Justiça do Maranhão, desembargador Cleones Cunha, disse que nutre um sentimento de fé e esperança, ao ver homens e mulheres que integram o sistema de Justiça estadual à frente de um movimento contra a corrupção. “Ao efetivarem nas comarcas o que vão vivenciar nesses dias, renovarão a esperança de que o país pode mudar e a confiança nos membros do Judiciário”, reforçou.

Na manhã desta quinta-feira (25), o presidente do Tribunal de Contas do Maranhão, José Ribamar Caldas Furtado, participa do seminário expondo a temática do controle judicial das decisões de tribunais de contas. Em seguida, o procurador-geral do Ministério Público de Contas do Maranhão, Jairo Cavalcanti Vieira, falará sobre o combate à corrupção através de medidas não judiciais.

À tarde, o procurador-chefe da Procuradoria da República no Piauí, Marco Aurélio Alves Adão, foi convidado para falar sobre recuperação de dinheiro e bens extraviados.

O tema “Mãos Limpas 25 anos depois e o futuro da Lava Jato” será apresentado pela advogada e doutora em Direito Europeu (Universidade de Roma), Patrícia da Rosa.

O seminário será finalizado com as temáticas “Colaboração Premiada”, que terá como palestrante Américo Bedê Júnior, doutor em direito e juiz federal titular criminal (ES). Logo após, será feita a aprovação de enunciados.

COMBATE À CORRUPÇÃO NO MARANHÃO

Magistrados, procuradores, promotores, representantes do sistema da Justiça e a sociedade civil estão reunidos no auditório do Fórum de São Luís, até hoje, na segunda edição do Seminário Improbidade Administrativa e Crimes contra a Administração Pública, para discutir a adoção de medidas de combate à corrupção no Estado. A atividade faz parte do Movimento Maranhão contra a Corrupção.

O evento recebe apoio do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA) - através da Escola Superior da Magistratura do Maranhão (Esmam), Corregedoria Geral da Justiça (CGJ), Associação dos Magistrados do Maranhão (AMMA), Procuradoria Geral da Justiça (PGJ), Associação do Ministério Público do Estado do Maranhão (AMPEM), Escola Superior do Ministério Público e Ministério Público de Contas.

Na palestra inicial, na noite desta quarta-feira (24), o jurista Luís Flávio Gomes expôs o tema “Lava Jato, Estado de Direito e Futuro do Brasil”, analisando escândalos na política nacional e aspectos da maior operação que investiga corrupção e lavagem de dinheiro no país. Ele alertou sobre a responsabilidade de todos os brasileiros no combate à impunidade e à eleição de lideranças corruptas. “O Brasil precisa ser passado a limpo. As instituições têm que funcionar para que a mudança aconteça”, opinou.

Gomes, que é criador do movimento “Quero um Brasil Ético” e membro da comissão de reforma do Código Penal, sugeriu uma ação protetiva nacional, que funcione como força interinstitucional para apurar crimes cometidos por líderes políticos corruptos.



ESTADO DO MARANHÃO - PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
AVISO DE LICITAÇÃO

Pregão Eletrônico nº 35/2017 - Processo nº 16540/2017

Objeto: Contratação de empresa para prestação de serviços de manutenção corretiva de equipamentos de armazenamento de dados instalados no Data Center do TJMA. **Abertura:** 14/06/2017, às 09h:30min. (horário de Brasília); **Local:** Site www.comprasgovernamentais.gov.br; **Informações:** Coordenadoria de Licitação e Contratos, à Rua do Egito, nº 144, Centro, São Luís/MA, CEP: 65.010-190; **E-mail:** colicitacao@tjma.jus.br. **Fone:** 98 3261 6181.
São Luís/MA, 25 de maio de 2017.

Kátia Araujo Gonçalves - Pregoeira



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO MARANHÃO

**AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO N.º 11/2017**

O TRE/MA torna público que realizará no dia 07/06/17, às 14h (horário de Brasília), através do site www.comprasgovernamentais.gov.br, licitação na modalidade PREGÃO ELETRÔNICO, tipo menor preço, objetivando Registro de preços para aquisição de condicionadores de ar, tipo split, cassete e portátil, conforme anexo I e II do Edital. O edital poderá ser adquirido pelo e-mail: licitacao@tre-ma.jus.br ou com apresentação de um CD ou pen drive, na CPL do TRE/MA. Endereço Av. Sen. Vitorino Freire, s/n – Areinha – São Luis/MA, Fone/Fax: (98) 2107-8802/8876.

São Luís, 26 de maio de 2017.

CLÁVIUS MARCIO BRITO MELO

Pregoeiro



ESTADO DO MARANHÃO - PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA

AVISO DE LICITAÇÃO

Pregão Eletrônico nº 34/2017 - SRP

Processo nº 8.058/2017

Objeto: Registro de Preços visando aquisição de materiais de consumo para abastecimento da Casa da Criança; **Abertura:** 09/06/2017 às 10:00h (horário de Brasília); **Local:** www.comprasgovernamentais.gov.br; **Informações:** Coordenadoria de Licitação e Contratos, Rua do Egito, nº 144, Centro, São Luís/MA. **CEP:** 65.010-190; **E-mail:** colicitacao@tjma.jus.br. **Fone:** (98) 3261-6181.
São Luís/MA, 24 de maio de 2017.

Thiego Chung de Farias - Pregoeiro do TJMA.

Combate ao trabalho escravo e infantil é tema de acordo de cooperação

O Ministério Público do Maranhão é uma das instituições signatárias do Termo de Acordo de Cooperação Mútua firmado na última segunda-feira, 22, na sede do Tribunal Regional do Trabalho (TRT) da 16ª Região, em São Luís. O objetivo é tornar efetivo o combate ao trabalho escravo e atuar para erradicar o trabalho infantil, por meio da fiscalização de atividades laborais e de prestação judiciária para instrução, julgamento e execução das ações da justiça trabalhista.

A iniciativa também teve a adesão do Tribunal de Justiça, Procuradoria Regional do Trabalho, Polícia Federal, Polícia Rodoviária Federal e Superintendência Regional do Trabalho. O termo de acordo tem vigência de 60 meses, podendo ser prorrogado.

Assinaram o acordo Francisco das Chagas Barros de Sousa (subprocurador-geral de justiça para Assuntos Jurídicos), James Magno Araújo Farias (presidente do TRT-MA), Marcos Antônio de Souza Rosa (procurador-chefe da Procuradoria Regional do Trabalho da 16ª Região), Cleones Cunha (presidente do Tribunal de Justiça), Paulo Fernando Nunes Moreno (superintendente regional da Polícia Rodoviária Federal no Maranhão) e Léa Cristina da Costa Silva (superintendente Regional do Trabalho no Maranhão).

Divulgação



Entre as formas de cooperação, estão previstas a realização de cursos de formação e aperfeiçoamento profissional; programas de ações con-

juntas e campanhas publicitárias; adesão a ações referentes ao combate ao trabalho escravo e infantil; e realização de todos os atos jurisdicionais

e/ou administrativos necessários à realização das audiências.

Compromisso

Pelo acordo, o MPMA se comprometeu a designar promotores de justiça para participar das diligências relacionadas ao combate do trabalho escravo e do trabalho infantil; disponibilizar a qualquer das entidades pactuantes as instalações para fins de realização de diligências vinculadas ao tema; e disponibilizar equipamentos de informática e materiais de expediente para as diligências.

(CCOM-MPMA)

Seminário discute adoção de medidas de combate à corrupção no Maranhão

Magistrados, procuradores, promotores, representantes do sistema da Justiça e a sociedade civil estão reunidos no auditório do Fórum de São Luís, até esta sexta-feira (26), na segunda edição do Seminário Improbidade Administrativa e Crimes contra a Administração Pública, para discutir a adoção de medidas de combate à corrupção no Estado. A atividade faz parte do Movimento Maranhão contra a Corrupção.

O evento recebe apoio do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA) - através da Escola Superior da Magistratura do Maranhão (Esmam), Corregedoria Geral da Justiça (CGJ), Associação dos Magistrados do Maranhão (AMMA), Procuradoria Geral da Justiça (PGJ), Associação do Ministério Público do Estado do Maranhão (AMPEM), Escola Superior do Ministério Público e Ministério Público de Contas.

Na palestra inicial, na noite dessa quarta-feira (24), o jurista Luís Flávio Gomes expôs o tema “Lava Jato, Estado de Direito e Futuro do Brasil”, analisando escândalos na política nacional e aspectos da maior operação que investiga corrupção e lavagem de dinheiro no país. Ele alertou sobre a responsabilidade de todos os brasileiros no combate à impunidade e à eleição de lideranças corruptas. “O Brasil precisa ser passado a limpo. As instituições têm que funcionar para que a mudança aconteça”, opinou.

Gomes, que é criador do movimento “Quero um Brasil Ético” e membro da comissão de reforma do Código Penal, sugeriu uma ação protetiva nacional, que funcione como força interinstitucional para apu-

rar crimes cometidos por líderes políticos corruptos.

O professor, doutor em direito penal, fez o lançamento do livro “O Jogo da Corrupção”, no qual defende o fim do sistema político empresarial perverso, se diz a favor, mas aponta erros e acertos da Lava Jato e aposta na reconstrução do Brasil.

Esperança - Na abertura do seminário, o presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão, desembargador Cleones Cunha, disse que nutre um sentimento de fé e esperança, ao ver homens e mulheres que integram o sistema de Justiça estadual à frente de um movimento contra a corrupção. “Ao efetivarem nas comarcas o que vão vivenciar nesses dias, renovarão a esperança de que o país pode mudar e a confiança nos membros do Judiciário”, reforçou.

Na manhã dessa quinta-feira (25), o presidente do Tribunal de Contas do Maranhão, José Ribamar Caldas Furtado, participou do seminário expondo a temática do controle judicial das decisões de tribunais de contas. Em seguida, o procurador-geral do Ministério Público de Contas do Maranhão, Jairo Cavalcanti Vieira, falou sobre o combate à corrupção através de medidas não judiciais.

À tarde, o procurador-chefe da Procuradoria da República no Piauí, Marco Aurélio Alves Adão, foi convidado para falar sobre recuperação de dinheiro e bens extraviados.

O tema “Mãos Limpas 25 anos depois e o futuro da Lava Jato” foi apresentado pela advogada e doutora em Direito Europeu (Universidade de Roma), Patrícia da Rosa.

No último dia do evento (26), estão programadas as



Romeu de Sousa

Magistrados, procuradores, promotores, representantes do sistema da Justiça e da sociedade civil participaram do seminário

exposições “Combate à Corrupção: Histórico, prática e perspectivas”, com Marcelo Santana Farias, juiz titular da 1ª Vara da Comarca de Lago da Pedra e 74ª Zona Eleitoral, especialista em Direito do Estado; “A atuação da Polícia Civil no enfrentamento à lavagem de dinheiro”, com Gabriel Carvalho e Neves, delegado e coordenador do laboratório de tecnologia contra a lavagem de dinheiro da Polícia Civil do Maranhão.

O seminário será finalizado com as temáticas “Colaboração Premiada”, que terá como palestrante Américo Bedê Júnior, doutor em direito e juiz federal titular criminal (ES). Logo após, será feita a aprovação de enunciations.

Mutirão - Um mutirão de julgamento de ações de improbidade administrativa e crimes contra a administração pública está sendo organizado em mais de 80 comarcas do Estado e deverá julgar cerca de 400 ações, no período de 29 de maio a 09 de junho.

“Pretendemos ultrapassar a marca atingida na primeira força-tarefa, realizada em 2016, que registrou 87 audiências, 216 sentenças prolatadas e 181 decisões interlocutórias, com a movimentação de 1.500 processos”.

Para o juiz Jorge Leite, da 3ª Vara da Comarca de Bacabal, integrante da Comissão do Movimento Maranhão contra a Corrupção, o seminário é mais uma oportunidade de atualização para os participantes, a fim de que possam se preparar ainda mais para atuar nos casos de improbidade e ações penais contra gestores públicos.

“A exemplo do que aconteceu no ano passado, estamos realizando o seminário antes do mutirão com o propósito de uniformizar o entendimento sobre o assunto e permitir o diálogo sobre questões práticas relacionadas à legislação que envolvem os temas que estarão em debate, sempre respeitando a independência de cada uma das carreiras”, explicou o magistrado. (Asscom TJMA)

Balcão de Negociação de Débitos com a Cemar

A Companhia Energética do Maranhão (Cemar), em parceria com o Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA), por meio do Núcleo de Solução de Conflitos do TJMA, está promovendo uma sessão de conciliação, objetivando prestar esclarecimentos sobre os débitos dos clientes, bem como apresentar proposta para negociação, visando uma solução

rápida e econômica de saldar esses débitos.

Dessa forma, os clientes devem comparecer no Shopping Rio Anil, ao lado da loja Riachuelo, onde a Cemar apresentará proposta com desconto de juro, multa e correção, visando à celebração do acordo. Os clientes deverão levar uma conta de energia elétrica, documento de identidade e CPF.

Judiciário firma parceria para inserção de apenados no mercado de trabalho

O Poder Judiciário do Maranhão, a Empresa Maranhense de Administração Portuária (Emap) e a Secretaria de Estado de Administração Penitenciária (Seap) assinaram, na última terça-feira (23), termo de parceria com o objetivo de inserir apenados e egressos do sistema prisional no mercado de trabalho.

A iniciativa visa alinhar procedimentos para a implementação da Lei 10.182/2014, que trata da política Começar de Novo, estabelecendo que empresas que mantêm contrato de serviços ou fornecimento de materiais com o Poder Executivo destinem 5% das vagas de emprego aos detentos ou àqueles que já cumpriram pena no sistema penitenciário do Maranhão.

“O Poder Judiciário do Maranhão encampa e valoriza essa importante iniciativa para a ressocialização dos apenados e egressos do sistema prisional, que precisam de uma oportunidade para voltar ao convívio social, se reinserindo na sociedade” ressaltou o presidente do TJMA,

desembargador Cleones Cunha. O coordenador-geral da Unidade de Monitoramento e Fiscalização do Sistema Carcerário, desembargador Fróz Sobrinho, afirmou que o Maranhão foi o primeiro Estado brasileiro a possuir uma lei sobre o Programa Começar de Novo. Na ocasião, o magistrado anunciou que será enviada, em breve, solicitação oficial do Executivo Municipal, para criação de legislação sobre o Começar de Novo, na mesma perspectiva da Lei 10.182/2014. O presidente da EMAP, Ted Lago, disse que é salutar a iniciativa do Tribunal de Justiça para que os egressos tenham a oportunidade de serem reintegrados no mercado de trabalho.

COMEÇAR DE NOVO

O Programa Começar de Novo busca reduzir a reincidência criminal por meio da oferta de cursos de capacitação e de empregos. O projeto é fruto de uma parceria entre o Conselho Nacional de Justiça (CNJ), tribunais de Justiça, governos estaduais e municipais, empresas e entidades da sociedade civil.

Seminário discute adoção de medidas de combate à corrupção no Maranhão

Magistrados, procuradores, promotores, representantes do sistema da Justiça e a sociedade civil estão se reunindo no auditório do Fórum de São Luís, até hoje (26), na segunda edição do Seminário Improbidade Administrativa e Crimes contra a Administração Pública, para discutir a adoção de medidas de combate à corrupção no Estado. A atividade faz parte do Movimento Maranhão contra a Corrupção. O evento recebe apoio do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA) – por meio da Escola Superior da Magistratura do Maranhão (Esmam), Corregedoria Geral da Justiça (CGJ), Associação dos Magistrados do Maranhão (AMMA), Procuradoria Geral da Justiça (PGJ), Associação do Ministério Público do Estado do Maranhão (AMPEM), Escola Superior do Ministério Público e Ministério Público de Contas.

Na palestra inicial, na última quarta (24), o jurista Luís Flávio Gomes expôs o tema “Lava Jato, Estado de Direito e Futuro do Brasil”, analisando escândalos na política nacional e aspectos da maior operação que investiga corrupção e lavagem de dinheiro no país. Ele alertou sobre a responsabilidade de

todos os brasileiros no combate à impunidade e à eleição de lideranças corruptas. “O Brasil precisa ser passado a limpo. As instituições têm que funcionar para que a mudança aconteça”, opinou.

Hoje (26) estão programadas as exposições “Combate à Corrupção: Histórico, prática e perspectivas”, com Marcelo Santana Farias, juiz titular da 1ª Vara da Comarca de Lago da Pedra e 74ª Zona Eleitoral, especialista em Direito do Estado; “A atuação da Polícia Civil no enfrentamento à lavagem de dinheiro”, com Gabriel Carvalho e Neves, delegado e coordenador do laboratório de tecnologia contra a lavagem de dinheiro da Polícia Civil do Maranhão. O seminário será finalizado com as temáticas “Colaboração Premiada”, que terá como palestrante Américo Bedê Júnior, doutor em direito e juiz federal titular criminal (ES).

MUTIRÃO - Um mutirão de julgamento de ações de improbidade administrativa e crimes contra a administração pública está sendo organizado em mais de 80 comarcas do Estado e deverá julgar cerca de 400 ações, no período de 29 de maio a 9 de junho.